

Antonia Jaine da Silva Pereira
Silvana Nunes de Queiroz

Quem são os jovens ‘nem-nem’ na Região Metropolitana do Recife

Resumo

Este estudo tem como objetivo traçar o perfil demográfico e socioeconômico do jovem nem-nem residente na Região Metropolitana do Recife (RMR) e estimar a probabilidade de estar em tal condição. Por se tratar de um tema recente, a maioria dos estudos realizados são para o Brasil, mas devido à grande extensão territorial, desigualdades e heterogeneidades no país, a metrópole pernambucana, espaço com elevada concentração populacional, desemprego e subemprego, principalmente entre os jovens, é a área de estudo deste trabalho. A principal fonte de informações foi a PNAD 2015. Os principais resultados mostram quem são os jovens nem-nem na RMR e revelam a predominância feminina, da raça/cor parda, solteiro, reside com os pais, tem ensino médio completo ou superior incompleto e baixo rendimento domiciliar per capita. Por sua vez, o modelo probit destaca o rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo e ser do sexo feminino, respectivamente, como o perfil de maior impacto para estar em tal condição, enquanto a escolaridade (cada ano a mais de instrução) é a característica que mais contribui para diminuir e/ou deixar de ser um nem-nem.

Jovem

Nem-nem

Região Metropolitana do Recife

Abstract

This study aims to trace the demographic and socioeconomic profile of young people classified as “NEET” (Not in Education, Employment or Training) who live in the Metropolitan Region of Recife (MRR) and to estimate the probability of being in such a condition. Since this is a recent theme, most of the studies about it were made for Brazil, but due to the country’s large territorial extension, as well as inequalities and heterogeneities, the metropolis in the state of Pernambuco, a place with a high concentration of population, unemployment and underemployment, especially among young people, is the research area of this study. The main source of information was the National Household Sample Survey (PNAD) from 2015. The main results show who are the NEET young people in the MRR, revealing the predominance of single mixed-race women, living with their parents, having completed high school or having an incomplete higher education level with a low per capita household income. The probit model, in turn, highlights that having a per capita income below half the minimum wage and being a female, respectively, as the profile with the greatest impact for being in such a condition, while education (each additional year of instruction) is the feature that contributes the most to diminishing and/or ceasing to be in the NEET condition.

Young people

NEET

Metropolitan Region of Recife

INTRODUÇÃO

Tem crescido, nos últimos anos, em países desenvolvidos e em processo de desenvolvimento, o contingente absoluto e relativo dos jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham, denominados na literatura como “nem-nem”. Tal aumento tem despertado o interesse dos pesquisadores em conhecer essa população, tornando-se pauta de pesquisas a partir dos anos 2000, e preocupado os formuladores de políticas públicas.

Uma primeira contribuição de estudos relacionados aos nem-nem no Brasil foi de Camarano et al. (2006, p. 277), que analisaram a evolução e as características dos jovens brasileiros com idade entre 15 a 29 anos que não estudavam e não participavam da força de trabalho. Utilizando os microdados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, o estudo demonstra que as mulheres são maioria nessa condição, e, independente do sexo, predominam os pardos, com poucos anos de estudo, residentes em domicílio rural, com maior número de filhos e baixo rendimento.

Estudos mais recentes mostram que, no Brasil, em 2013, esse contingente alcança 20% de um total de 49 milhões de jovens com idade entre 15 a 29 anos, somando quase 10 milhões que nem estudam nem trabalham (IBGE, 2014). Assim, a geração nem-nem passa a ser considerada um dos grandes desafios para o desenvolvimento do país, a partir da necessidade de qualificação e geração de empregos para os jovens brasileiros (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013; COSTA; ULYSSEA, 2014). Segundo a PNAD 2015, a partir da qual é desenvolvido este trabalho, no referido ano o número de jovens nem-nem no Brasil aumenta para 10.896.599, representando 22,54% do total de jovens de 15 a 29 anos (48.345.406). Isto mostra que apesar do número absoluto de jovens diminuir, resultado que tem relação com a diminuição na taxa de fecundidade, cresce em termos relativos e absolutos o número de nem-nem no país.

Sendo um tema que se tornou foco de discussões em anos recentes, tem-se que os primeiros estudos realizados voltam-se para o jovem nem-nem no Brasil (CAMARANO et al., 2006) (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013) (COSTA; ULYSSEA, 2014). Dada a importância da temática, propõe-se estudar os nem-nem com outro recorte espacial, precisamente na Região Metropolitana do Recife (RMR), tendo em vista que as metrópoles são áreas em que a alta concentração populacional, em geral, eleva o desemprego e o subemprego, principalmente entre os jovens (BRITO, 2007).

Diante disso, o presente estudo objetiva traçar

o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens ‘nem-nem’, residentes na Região Metropolitana do Recife (RMR), e estimar a probabilidade de estarem nesta condição. Além da contribuição científica para a discussão do tema, o presente trabalho pode interessar aos formuladores de políticas públicas, ao mostrar quantos são e quem são os jovens ‘nem-nem’ na RMR e, com isso, disponibilizar subsídios para ações com respeito ao combate à evasão escolar e ao desemprego juvenil.

Quanto à estrutura, o estudo traz outras quatro seções além desta introdução. A segunda descreve, brevemente, as ações realizadas em nível mundial sobre o planejamento e o desenvolvimento da educação, além dos investimentos em nível nacional e em Pernambuco, bem como a eficácia de tais medidas no estado nordestino. A seção seguinte mostra os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. Por sua vez, a quarta seção traça o perfil demográfico e socioeconômico dos jovens nem-nem residentes na RMR em 2015, além de estimar a probabilidade de estarem em tal condição. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais do estudo.

EDUCAÇÃO: AÇÕES E RESULTADOS EM NÍVEL NACIONAL E EM PERNAMBUCO

Reafirmando o compromisso assumido em 1990, em Jomtien, Tailândia, acontece em Dakar, Senegal, no ano 2000, um importante marco para o planejamento e o desenvolvimento da educação em nível mundial. Trata-se do Fórum Mundial da Educação, no qual foram definidos objetivos coletivos a serem perseguidos pelos governos dos países que na reunião se faziam presentes (MEC, 2014).

Reconhecendo a necessidade de maior financiamento e sinalizando para a possibilidade de ajuda internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em um relatório sobre os resultados de Dakar, afirma que “as novas metas educacionais têm de ser específicas, relevantes e mensuráveis. Grupos marginalizados e desfavorecidos, mais difíceis de alcançar e ainda sem usufruir do seu direito à educação, precisam ser a prioridade” (UNESCO, 2015, p. 3-4).

Assim, a educação é tanto uma ferramenta de contínuo desenvolvimento pessoal, como determinante para o desenvolvimento nacional. Combinando as dimensões econômica e política, a educação figura como base de políticas para a redução das desigualdades, especialmente em países em processo de desenvolvimento (PORTO; RÉGNIER, 2003).

No Brasil, a importância do segmento educacio-

nal foi devidamente reconhecida na Constituição Federal de 1988, quando o acesso ao ensino obrigatório e gratuito se tornou um direito público (Art. 208, VII, § 1º). Além de reestabelecer a vinculação de impostos, a Constituição instituiu a cooperação entre União, estados e municípios. Em 1996 é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que “lançou as bases para o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) que viria em 2001, e trouxe esclarecimentos importantes sobre os deveres do Estado, direitos do cidadão, organização do ensino e a profissionalização dos educadores” (CNI-SESI, 2011, p. 118).

A partir dos acordos internacionais, da CF/1988 e da LDB, ao longo dos anos 2000 o governo brasileiro passou a intensificar esforços na área educacional, como indica o aumento dos investimentos, em todos os níveis de ensino, de maneira ininterrupta até 2014, com exceção do superior que desde 2014 passou a apresentar diminuição no valor investido por estudante, finalizando o último ano em análise com valor inferior ao início da série (Tabela 1).

Assim, ao longo da série, os valores investidos por estudante mostram maiores aumentos para o ensino

médio, seguido de perto pela educação básica e infantil, enquanto o ensino superior foi o único que em vários momentos/anos teve oscilações/perdas no valor investido, mostrando que o foco era o investimento nas demais escolaridades.

A participação do Brasil nos marcos internacionais foi de grande valia para que se iniciasse o combate aos desafios que se apresentavam, entre eles o baixo atendimento as populações das faixas etárias de 0 a 6 (ensino infantil) e de 15 a 19 anos (ensino médio), ou seja, aquelas fora da faixa de escolaridade obrigatória (4 a 17 anos), e o analfabetismo (MEC, 2014). Segundo o Ministério da Educação (MEC), no relatório Educação Para Todos (EPT) para a UNESCO (2014, p. 6), “esse engajamento resultou em importantes mudanças no perfil das políticas públicas desenvolvidas no período”.

A este respeito fica evidente na Tabela 1 as transformações das políticas sociais no Brasil a partir do aumento nos investimentos em educação durante os últimos três anos do segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (2000-2002), os dois governos do ex-presidente Lula (2003-2010), o primeiro mandato completo do governo Dilma

Tabela 1:
Estimativa do investimento público direto em educação por estudante (em R\$), corrigido para 2016 pelo IPCA*, por nível de ensino - Brasil 2000-2015

Ano	Todos os Níveis de Ensino	Níveis de Ensino					
		Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		
2000	2.831	2.357	2.973	2.259	2.367	2.274	25.845
2001	2.926	2.439	2.653	2.235	2.579	2.557	25.539
2002	2.903	2.405	2.484	2.633	2.484	1.723	23.653
2003	2.852	2.395	2.832	2.528	2.395	1.911	20.669
2004	3.024	2.586	2.850	2.889	2.670	1.745	19.567
2005	3.221	2.730	2.650	3.095	2.880	1.850	21.083
2006	3.832	3.329	2.896	3.467	3.785	2.571	21.826
2007	4.475	3.897	3.510	4.075	4.301	3.119	23.062
2008	5.066	4.475	3.750	4.695	5.007	3.609	21.317
2009	5.572	4.899	3.756	5.297	5.530	3.805	23.941
2010	6.411	5.636	4.612	6.055	6.067	4.794	25.448
2011	7.013	6.109	5.458	6.267	6.284	5.941	27.113
2012	7.470	6.627	6.434	6.748	6.483	6.760	24.626
2013	7.993	7.081	7.003	7.112	7.034	7.147	27.554
2014	8.076	7.188	7.119	7.159	7.177	7.292	26.491
2015	7.959	6.982	7.051	6.880	6.862	7.262	25.403

Fonte: Adaptado do Inep/MEC (INEP, 2021).
* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

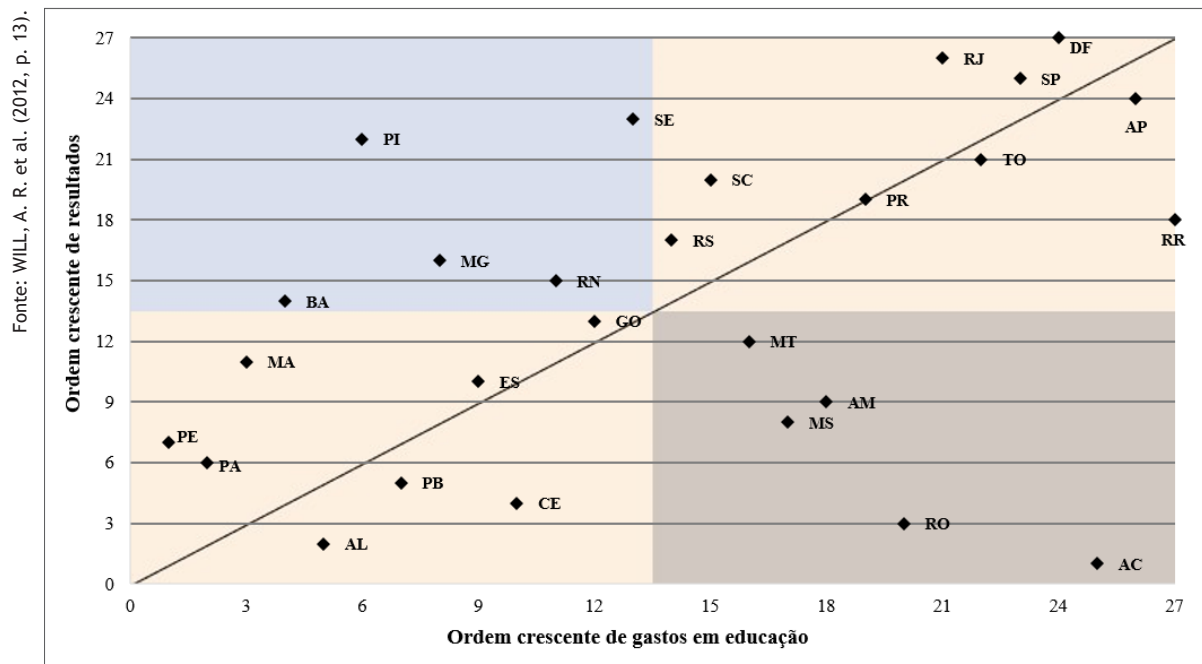


Figura 1: Posicionamento dos estados brasileiros no Índice de Qualidade do Gasto Público (IQGP) - 2010

(2011-2014), mas com decréscimo no primeiro ano do seu segundo mandato (2015). Apesar de algumas oscilações evidenciadas na série, os maiores aumentos foram no período 2004-2014, marcado pela retomada do crescimento da economia brasileira, investimentos em políticas públicas, com melhorias sociais, geração de empregos formais, inclusive para os jovens (SANTOS; GIMENEZ, 2015).

Entretanto, segundo Will et al. (2012), uma análise por estado mostra que até o ano de 2010, são poucos com bom aproveitamento na relação investimentos/resultados. A melhor situação seria o estado que tem poucos gastos com educação e apresenta bons resultados, como foi o caso do Piauí e Sergipe. Já a combinação de altos gastos com baixos resultados é a menos desejada, a exemplo do que se verifica para o Acre (Figura 1).

Conforme pode ser visto na Figura 1, mais da metade dos estados brasileiros apresentam boa posição nos resultados em relação aos gastos. Pernambuco não está entre os que apresentam melhores indicadores, já que aparece no quadrante daqueles que não obtêm bons retornos de seus investimentos na educação. O estado, entretanto, ainda está bem posi-

cionado com relação aos resultados, se considerado o nível de investimento que realiza quando comparado aos outros estados do país (Figura 1).

Isto porque, somente partir de 2006, observa-se maior preocupação com a educação pernambucana, no momento da elaboração do Programa de Governo do Estado para 2007-2010. Na ocasião foram destacados problemas como defasagem idade/série, elevado índice de evasão e repetência, além do pouco aproveitamento escolar, principalmente com relação ao ensino médio (SANTOS, 2015).

Com isso, foram reconhecidas as necessidades de se investir em educação e a importância desta para a qualidade de vida dos pernambucanos, sendo priorizadas mudanças na gestão educacional, por acreditarem que estava nesse ponto a fragilidade das políticas educacionais do estado. Assim, deveria ser dada maior atenção à definição e à implementação destas, além de buscar a continuidade dos investimentos e ações realizadas com vistas ao melhoramento dos resultados (SANTOS, 2015).

O investimento em educação por aluno em Pernambuco passou de R\$ 1.979,97 em 2008 para R\$ 5.771,20 em 2015, e inúmeros programas para o

Tabela 2: Número médio de anos de estudo da população de 15 a 29 anos - Brasil, Pernambuco e Região Metropolitana de Recife (RMR) - 2005 e 2015

Unidade Geográfica	2005 (1)	2015 (2)	Ganho em anos de estudo (3) = (2) - (1)
Brasil	8,22	9,52	1,29
Pernambuco	7,10	8,79	1,68
RMR	8,34	9,63	1,29

Fonte: Microdados das PNADs de 2005 e 2015.

primeiro emprego foram realizados, mas devido a limitação de páginas do artigo, foram omitidos do estudo. A abrangência e a eficácia de tais investimentos e programas, em nível federal e estadual, são observadas na Tabela 2, que destaca o número médio de anos de estudo da população jovem.

Os principais resultados de tais medidas e ações foram positivos, dado que constata-se aumento médio nos anos de estudo dos jovens de 15 a 29 anos. Destaca-se a RMR, cujos jovens apresentam maior escolaridade em relação à média do país tanto em 2005 (8,34 anos) quanto em 2015 (9,63), mas também Pernambuco que, entre 2005/2015, figurou com o maior ganho em anos de estudo (1,68 anos), apesar de a média estadual (8,79 anos) ainda estar abaixo da nacional e da RMR, mostrando que os investimentos em educação devem ser contínuos e, se possível, crescentes.

Com relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho, o estudo de Santos e Gimenez (2015) aponta ampliação das vagas criadas para este segmento da população nas RMs brasileiras no período 2003-2013, que tem relação com os resultados do crescimento econômico, investimentos em educação, dinâmica demográfica favorável e ampliação das políticas públicas no país e nos estados. Contudo, entre 2014-2015, com o baixo crescimento econômico e crise política, o desemprego juvenil aumenta e os investimentos em educação diminuem, conforme constado na Tabela 1, com possíveis implicações na

expansão dos jovens na condição de nem-nem, conforme será analisado neste estudo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo deste estudo contempla os jovens de 15 a 29 anos de idade, que não estudam e não trabalham (conhecidos na literatura como geração “nem-nem”), residentes na Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 1), no ano de 2015.

A RMR foi criada através da Lei Complementar Nº 14 de 8 de junho de 1973, que estabeleceu, ao todo, oito regiões metropolitanas no Brasil. Foi instituída com nove municípios, mas em 2015 (ano da PNAD utilizada) contava com 14 (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata).

Como fonte de dados, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015. Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Science), e, para obter os resultados do modelo econométrico, o STATA 13. Inicialmente, a amostra foi dividida em três categorias de análise: (i) nem-nem (nem estuda e nem trabalha), (ii) somente trabalha e (iii) somente estuda,

procurando dar a dimensão do contingente de jovens que não estudam, não trabalham ou ambos em relação à população total de jovens.

Quanto ao perfil, as variáveis selecionadas na caracterização demográfica e socioeconômica da população entre 15 a 29 anos que nem estuda e nem trabalha foram: sexo, grupos etários, raça/cor, nível de instrução, estado conjugal, mora com a mãe, local de residência e rendimento domiciliar per capita em salários mínimos.

No intuito de calcular o sentido e o grau de influência das variáveis apresentadas anteriormente sobre a condição do jovem ser ou não nem-nem na metrópole estudada, foi utilizado o modelo probit. O mesmo método foi utilizado

Figura 2:
Mapa de localização da Região Metropolitana do Recife



Elaborado a partir da malha digital - IBGE (2010).

por Figueiredo e Almeida (2017) ao estudar a população nem-nem a partir da PNAD de 2012 para o Brasil.

Foi utilizada como variável dependente a dummy referente a ser nem-nem (1) ou não (0), e como variáveis explicativas idade, escolaridade e as dummies sobre o sexo (0 para masculino e 1 para feminino), e o rendimento domiciliar per capita (0 para mais de 1/2 SM e 1 para até 1/2 SM). As variáveis faltantes em relação às estatísticas descritivas foram retiradas do modelo por não apresentarem significância estatística.

PERFIL DOS JOVENS 'NEM-NEM' NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Quantos são?

A Tabela 3 mostra o volume de jovens que não estudam, não trabalham ou apresentam ambas as características, bem como suas respectivas participações no total de jovens da metrópole pernambucana. Inicialmente constata-se que o número de jovens com idade entre 15 e 29 anos é de 915.974, dos quais aproximadamente 63% não estudam (576.233) e 56,09% não trabalham (513.735). Quando considerados os jovens que apresentam ambas as caracte-

rísticas (nem-nem), são aproximadamente 260 mil, correspondentes a 28,34% entre os 915.974 jovens na RMR, no ano de 2015.

Parece que os programas para o primeiro emprego desenvolvidos pelo Governo de Pernambuco não obtiveram os resultados esperados, dado o elevado número de jovens que não trabalham. Isto porque o foco de tais programas não corresponde necessariamente aos jovens, sendo destinados ao público em geral (Novos Talentos e Fortalece Talentos) ou voltados para a reinserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade/risco social (PE no Batente, Vida Aprendiz e Novas Oportunidades) (PERNAMBUCO, 2021; PERNAMBUCO, 2017).

Portanto, de um lado, os resultados apresentados na Tabela 3 refletem a ausência de políticas específicas para o problema do desemprego juvenil e, por outro lado, mesmo com os investimentos realizados em educação no Brasil e no estado do Pernambuco, conforme destacado na seção 2, o número de jovens que não estuda na metrópole pernambucana supera o dos que não trabalham, impactando na situação daqueles duplamente afetados, ao estarem na condição de nem-nem.

Na Tabela 4 é possível ver os dados anteriores desagregados segundo os grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. A distribuição quanto à população total não apresenta muita variação, visto que cabe a cada grupo etário aproximadamente um terço do total de jovens. Observa-se que aqueles de 15 a 19 anos

Tabela 3: Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham ('nem-nem') no total de jovens de 15 a 29 anos de idade - RMR - 2015

Condição do Jovem	Número de Jovens	Part. (%) no Total da RM
Nem-Nem	259.626	28,34
Não Estudam	576.233	62,91
Não Trabalham	513.735	56,09
Pop. de 15 a 29 anos	915.974	-

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Tabela 4: Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham ('nem-nem') no total de jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo o grupo de idade - RMR - 2015

Grupo Etário	População Total		Não Estudam		Não Trabalham		Nem-Nem	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
15 a 19	335.596	36,64	104.065	18,06	270.897	52,73	69.382	26,72
20 a 24	296.802	32,40	226.862	39,37	140.688	27,39	103.240	39,76
25 a 29	283.576	30,96	245.306	42,57	102.150	19,88	87.004	33,51
15 a 29	915.974	100,00	576.233	100,00	513.735	100,00	259.626	100,00
Part. (%) no total da RMR	-	-	62,91	-	56,09	-	28,34	-

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

representam a maior população juvenil (335.596 ou 36,64%) na RMR, entretanto, é o grupo em que há menos jovens na condição de nem-nem (26,72%). Esse resultado, em certa medida, reflete os avanços obtidos na educação brasileira e pernambucana, na busca pela inserção, cada vez mais, de crianças e adolescentes na rede de ensino, como pôde ser visto na seção 2, destacando-se o maior esforço e investimentos em relação aos jovens do ensino médio, associado à identificação de problemas recorrentes nesse nível de escolaridade.

A divisão por grupo etário é conveniente, pois o volume de jovens que não estuda, não trabalha ou ambos está grandemente relacionado à idade em que se encontram. Como pode ser visto na Tabela 4, à medida que aumenta a idade, cresce o percentual de jovens que não estudam e diminui os que não trabalham. Em razão disso, a maior participação dos nem-nem é observada no grupo etário intermediário (39,76%), sendo este o momento de transição entre o mundo da escola e o do trabalho, ratificando o estudo de Santos e Gimenez (2015) que mostra aumento no desemprego juvenil nas RMs do país a partir de 2014, diante de um quadro de crise econômica e política que se inicia no Brasil, depois de um período (2004-2014) de crescimento do PIB, avanços nas políticas sociais, investimentos em educação, geração de empregos formais, inclusive para os jovens.

Quem são?

Considerando o perfil demográfico quanto ao sexo (Tabela 5), observa-se que a maioria dos jovens nem-nem de 15 a 29 anos são mulheres, com participação acima de 60% na metrópole analisada. O resultado encontrado por Camarano et al. (2006) para os anos de 1980 e 2010 mostra que as mulheres também são maioria nessa condição no Brasil, apesar de sua participação ter diminuído.

Associando os resultados ao fenômeno de transição para a vida adulta, os dados deste estudo sugerem que para as mulheres não há necessariamente uma passagem pelo mercado de trabalho e que possivelmente elas saem do domicílio de origem como cônjuges ou mães, sem ter realizado alguma atividade econômica. Outros estudos, como os de Figueiredo

e Almeida (2017) e Remy e Vaz (2017), também indicam forte efeito de gênero no fenômeno dos nem-nem.

A respeito da divisão entre os grupos etários, chama atenção a diferença entre homens e mulheres na evolução dos percentuais. No caso deles, idades mais elevadas correspondem a participações menores no total de jovens na condição analisada, possivelmente associadas ao motivo de trabalho, enquanto para as mulheres ocorre o inverso. Tal dinâmica também tem relação com a diferença entre homens e mulheres quanto à transição entre adolescência e vida adulta, dada a predominância do sexo feminino na condição de nem-nem. Por um lado, há aquelas que já completaram o ciclo escolar, mas adiam a entrada no mercado de trabalho, dando prioridade aos planos de maternidade ou casamento (CARDOSO, 2013). Por outro, há os casos em que o abandono da vida escolar e a inatividade econômica se devem a frustrações e dificuldades, como no caso das mulheres devido à gravidez na adolescência, muitas vezes indesejada, que traz a necessidade de cuidar do filho, ou em outros casos cuidar de irmãos mais novos ou pais idosos (REMY; VAZ, 2017). São funções notadamente direcionadas a elas, tendo implicações sobre o abandono escolar e a maior dificuldade de empregabilidade e/ou reinserção no mercado de trabalho, dado que, em geral, as maiores taxas de desemprego são para os jovens, em especial as mulheres (GALVÃO; QUEIROZ, 2017).

Outra característica que interfere tanto na vida estudantil quanto na inserção no mercado de trabalho é a raça/cor. Na Tabela 6 é possível visualizar que independente do grupo etário, os jovens nem-nem na RMR são na grande maioria parda. Em segundo lugar tem-se que a raça/cor branca, bem como amarelos e indígenas, apresentam participações quase sempre próximas a zero. É importante frisar que a predominância de pardos deve ter relação com as características/perfil da população residente em cada região/estado do país. Os dados do IPECE (2012), baseados nas informações do Censo Demográfico 2010, mostram que a região Nordeste é a única do país em que a raça/cor predominante é a parda, enquanto nas demais regiões a maioria dos residentes se autodeclara branca.

Contudo, cabe acrescentar que a discriminação

Tabela 5:
Sexo dos jovens
'nem-nem', por
grupo etário
RMR - 2015

Sexo	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Masculino	43,25	42,94	31,96	39,34
Feminino	56,75	57,06	68,04	60,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Raça/Cor	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Branca	21,82	27,20	24,69	24,92
Preta	9,13	9,33	11,71	10,07
Amarela	0,00	0,80	0,32	0,42
Parda	68,25	62,67	62,97	64,26
Indígena	0,79	0,00	0,32	0,32
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 6:
Raça/Cor dos
jovens 'nem-
nem', por
grupo etário
RMR - 2015

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Nível de Instrução	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Sem Instrução ou Fundamental Incompleto	30,95	20,53	17,09	22,16
Fundamental Completo ou Médio Incompleto	18,25	18,14	16,46	17,60
Médio Completo ou Superior Incompleto	50,80	55,74	56,95	54,82
Superior Completo	0,00	5,60	9,50	5,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 7:
Nível de
instrução dos
jovens 'nem-
nem', por
grupo etário
RMR - 2015

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

e/ou seletividade no mercado de trabalho existe, e pode ser constatada em relação à raça/cor e por sexo (CACCIAMALI; HIRATA, 2005), naturalidade e ocupações, com implicações sobre as chances de conseguir trabalho e as diferenças salariais. Nesse sentido, o estudo de Batista et al. (2017) mostra que o sexo feminino é duplamente penalizado, pelo fato de ser mulher e mais ainda se for da cor preta. Com isso, mesmo ao conseguir trabalho, ocupa postos de trabalho de menor projeção econômica, mais precarizados, que refletem em menores rendimentos.

Quanto ao nível de instrução, a Tabela 7 mostra que mais da metade dos jovens nem-nem na RMR tem no mínimo o ensino médio completo, enquanto o número médio de anos de estudo da população de 15 a 29 anos nessa metrópole, em 2015, conforme a Tabela 2, foi de 9,63 anos. Isso sugere que os investimentos em educação no Brasil e em Pernambuco, em certa medida, foram eficazes. Contudo, os programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho não foram tão eficientes. Na verdade, esse resultado também indica dificuldade em continuar se qualificando e de emprego para esse perfil, mostrando que o aumento da escolaridade implica novos desafios (MONTEIRO, 2013). Nesse sentido, uma maior escolaridade pode significar um capital humano ocioso.

Também se destacam os sem instrução ou com fundamental incompleto, especialmente no grupo de

15 a 19 anos, que reúne quase um terço dos jovens nem-nem. Além desses, 17,60% têm fundamental completo ou médio incompleto e pouco mais de 5% concluíram o ensino superior. Isso mostra que a menor escolaridade pode contribuir ainda mais para a dificuldade de inserção em postos de trabalho, já que indica o encerramento ou abandono dos estudos muito cedo. Assim, as ocupações, quando encontradas, são precárias ou em atividades de curta duração, levando a elevadas taxas de rotatividade e desemprego entre os jovens no mercado de trabalho (MONTEIRO, 2013).

A análise do estado civil (Tabela 8) dos jovens nem-nem (15 a 29 anos) mostra que a maioria relativa é solteira, com percentual de aproximadamente 95%. No grupo mais jovem o percentual de solteiro foi de 97,58%. Nos demais grupos etários, permanece na casa dos 90%: 96,58% de 20 a 24 anos e 90,18% de 25 a 29 anos, sendo a participação de casados pequena (2,42%) e das demais categorias, nula. Essa questão pode estar relacionada, segundo Santos e Rocha-Coutinho (2007, p.168), a “[...] uma opção de vida que envolve diferentes questões, como encontrar o parceiro certo, [...] conquistar estabilidade financeira e efetiva, manter a liberdade, entre outros”.

Quanto aos jovens nem-nem que moram com a mãe ou não, os dados da Tabela 9 mostram percentuais mais expressivos para os jovens que têm a mãe

Tabela 8:
Estado civil dos jovens 'nem-nem', por grupo etário RMR - 2015

Estado Civil	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Solteiro (a)	97,58	96,58	90,18	94,85
Casado (a)	2,42	3,13	7,27	4,23
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	0,00	0,00	0,73	0,23
Divorciado (a)	0,00	0,28	1,82	0,69
Viúvo (a)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Tabela 9:
Jovens 'nem-nem' que moram com a mãe ou não, por grupo etário RMR - 2015

Mora com a Mãe	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Mora	66,27	65,35	50,67	60,76
Não mora	33,73	34,65	49,33	39,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

morando na residência. A subdivisão entre os grupos etários mostra clara relação entre o aumento da idade e a saída da casa dos pais, embora entre 25 e 29 a maioria (50,67%) ainda more com a mãe. O resultado é esperado em se tratando dos nem-nem, pois a ausência de trabalho torna difícil estabelecer/manter um domicílio.

Portanto, o elevado percentual de jovens morando com os pais na RMR está de acordo com o que afirma a literatura sobre os nem-nem e a chamada geração canguru, ao destacar a permanência dos mesmos junto da família, devido ao conforto proporcionado ou à falta de perspectivas no mercado de trabalho, que os leva a inatividade econômica, por vezes associada à inatividade escolar (REMY; VAZ, 2017).

Em se tratando da situação de domicílio dos jovens nem-nem (Tabela 10), o percentual residindo no urbano é de 96,18% contra apenas 3,82% no rural, com destaque para o grupo etário de 25 a 29 anos, que apresentou maior proporção (98,42%). Os percentuais encontrados para o urbano foram elevados, devido à área estudada se tratar de uma metrópole. Assim, o elevado percentual observado na RMR pode ser justificado em função de ser considerada a maior metrópole do Nordeste em termos de densidade urbana, além de contar com o mais antigo e tradicional polo industrial do país (LEMOS; FERREIRA, 2001).

Ademais, o resultado pode ser explicado em função da atração que o urbano exerce sobre os indivíduos, que o veem como um espaço de oportunidades.

Assim, além dos jovens já residentes no meio urbano, há a migração do rural para tal área, em busca de estudo, trabalho e/ou outros aspectos de qualidade de vida (HARTWIG, 2012), tendo abandonado ou concluído os estudos, devido à sua situação econômica e familiar (GARCIA et al., 2012).

Entretanto, há nos centros urbanos grande seletividade migratória (QUEIROZ, 2013) e rotatividade de trabalhadores que elevam o desemprego, principalmente entre os mais jovens, enquanto no meio rural a menor escolaridade e o menor dinamismo econômico inibem o movimento de oferta e demanda de trabalho, respectivamente, contribuindo para a permanência do trabalhador no emprego por mais tempo (MONTE; PENIDO, 2008).

Como indicado por Garcia et al. (2012), os jovens brasileiros estão em famílias com renda baixa, tendo em vista que 83% apresentam renda domiciliar per capita inferior a dois salários mínimos. A Tabela 11 traz estas informações para a RMR, mostrando o perfil do jovem nem-nem quanto ao rendimento domiciliar per capita.

Pode-se observar grande concentração de jovens na categoria de até meio salário mínimo, com percentual de 55,56%. O grupo com idade entre 20 e 24 anos apresentou o maior percentual (58,56%) em relação a esta categoria (até 1/2 SM). Na faixa de rendimento seguinte encontram-se 33,23%, e entre 1 e 2 salários, o percentual foi de 7,48% para o grupo etário de 15 a 29 anos. Com isso, a participação de jovens com rendimento domiciliar per capita acima

de 2 salários não atinge 4% na RMR, apontando o baixo rendimento como um dos principais implicadores para estar nessa condição. Segundo Cardoso (2013), os jovens nem-nem são um problema mundial e social, mas em países desenvolvidos, como os da Europa, essa condição abrange jovens de classe média, e em países em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e da RMR, afeta principalmente os jovens de famílias com baixo rendimento, sendo um problema intergeracional e estrutural.

Portanto, mesmo com o aumento nos investimentos em educação e em programas e projetos voltados para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, os resultados a partir da estatística descritiva para os nem-nem na RMR são preocupantes, dado o elevado número de jovens fora da escola e sem trabalhar.

Resultados do modelo

Com a aplicação do modelo probit foi possível obter informações referentes ao sentido da influência de cada variável na probabilidade dos indivíduos observados estarem na condição de nem-nem. Dentre as variáveis utilizadas nas estatísticas descritivas, a raça/cor, o estado civil, morar com a mãe e a situação de domicílio não foram significantes, e, por isso, foram retiradas do modelo. As informações estatísticas referentes aos dados utilizados indicaram como resultado do comando 'estat class', um

percentual de acertos de 74%.

Os resultados para o sentido da influência mostram que apenas a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de ser nem-nem, enquanto 'Feminino', 'Idade' e 'Até meio SM' tem efeito positivo (Tabela 12). Isto quer dizer que, com exceção da educação, os demais atributos demográficos e socioeconômicos aumentam a chance de ser nem-nem. A educação, por outro lado, reduz tal probabilidade, por figurar como um instrumento de mobilidade social (LOPES; MACEDO; FERREIRA, 2014), aumentando a empregabilidade dos indivíduos em um contexto no qual o desemprego é persistente (LE-MOS; DUBEUX; PINTO, 2008), ou ainda como um meio para a formação da 'humanidade em cada indivíduo' (RISSARDI, 2012).

Além do sentido da influência foi estimado o efeito marginal associado à probabilidade do evento '1' (ser nem-nem) ocorrer. Para a RMR, as estimativas mostram que ser do sexo feminino aumenta em aproximadamente 12,50% a probabilidade de ser nem-nem (Tabela 13). Tal perfil ou trinômio de exclusão: ser mulher, fora da escola e do mercado de trabalho, é um problema mundial, como aponta o estudo de Cardoso (2013), segundo o qual o número de mulheres nem-nem na Europa também suplanta o dos homens. Outro agravante, conforme apontam estudos da literatura econômica e demográfica sobre o mercado de trabalho, é que, mesmo as mulheres sendo mais escolarizadas do que os homens, elas

Situação de Domicílio	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Urbano	94,04	95,74	98,42	96,18
Rural	5,96	4,26	1,58	3,82
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 10: Situação de domicílio dos jovens 'nem-nem', por grupo etário RMR - 2015

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Rendimento Domiciliar Per Capita	Jovens Nem-Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Até 1/2 SM	53,64	58,56	53,50	55,56
Mais de 1/2 até 1 SM	33,46	33,96	32,17	33,23
Mais de 1 até 2 SM	8,46	5,35	9,24	7,48
Mais de 2 até 3 SM	1,61	1,07	2,23	1,60
Mais de 3 até 5 SM	1,61	0,53	1,27	1,07
Mais de 5 SM	1,21	0,53	1,59	1,07
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Tabela 11: Faixas de rendimento domiciliar per capita dos jovens 'nem-nem', em salários mínimos, por grupo etário RMR - 2015

Fonte: Microdados da PNAD 2015.

Tabela 12:
Resultados do
modelo probit
RMR - 2015

Nem-Nem	Coefficiente	Erro Padrão	z	P > z
Feminino	0,3763628	0,0486	7,74	0,000
Idade	0,0512016	0,0058	8,80	0,000
Escolaridade	-0,0316235	0,0084	-3,77	0,000
Até meio SM	0,5809869	0,0507	11,46	0,000
Intercepto	-1,826768	0,1439	-12,69	0,000

Fonte: Resultados do modelo probit, a partir dos microdados da PNAD 2015.

Tabela 13:
Efeito marginal
das variáveis
RMR - 2015

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	P > z	X
Feminino*	0,1245832	0,0159	7,82	0,000	0,49939
Idade	0,0170099	0,0019	8,81	0,000	21,6901
Escolaridade	-0,0105058	0,0028	-3,77	0,000	9,66088
Até meio SM*	0,1980139	0,0174	11,36	0,000	0,39366

y = Pr(nemnem) (predict) = 0, 27257462

(*) dy/dx é para a mudança discreta da variável dummy de 0 para 1
Fonte: Resultados do modelo probit, a partir dos microdados da PNAD 2015.

apresentam maiores taxas de desemprego, ocupam cargos de menor projeção social e econômica, com isso, auferem menores salários (SILVA ET AL., 2018; NASCIMENTO; SILVA; QUEIROZ, 2020).

Para a idade foi considerando o intervalo de 15 a 29 anos. Nessa variável, cada ano a mais eleva a probabilidade de estar na condição de nem-nem em aproximadamente 1,70%. O efeito positivo deriva dos maiores percentuais de jovens nessa condição nos dois últimos grupos etários (20 a 24 e 25 a 29) e ratifica o peso do desemprego juvenil ou das dificuldades de continuidade dos estudos sobre o número de jovens na condição de nem-nem.

Quanto a escolaridade, única variável a apresentar influência negativa sobre o evento analisado, foi observado que cada ano a mais de instrução reduz a probabilidade de ser classificado como nem-nem em 1,05%. Segundo Porto e Régner (2003), é indiscutível que o acesso à educação em qualquer nível não se restringe a uma exigência econômica, qualificação pessoal ou serve de capacitação para o ingresso no mercado de trabalho, mas também para o desenvolvimento de um país/nação/região. Ainda a esse respeito, cabe ressaltar que segundo o documento resultante do Fórum Mundial da Educação de Dakar (2001, p. 8): “A educação é um direito humano fundamental e constitui a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro de cada país e entre eles [...]”.

A dummy associada ao rendimento familiar, por sua vez, mostrou que possuir rendimento per capita até meio salário mínimo eleva a probabilidade de o jovem ser nem-nem em aproximados 20%, sendo a

variável explicativa, ou melhor, o atributo com maior impacto. Esse achado reafirma os resultados da estatística descritiva, bem como o estudo de Galvão e Queiroz (2017), que aponta que, no Brasil e no Ceará, os jovens em famílias com menor rendimento apresentam menor escolaridade e têm maior taxa de desemprego, sendo, portanto, a principal causa para tipificar como nem-nem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de reuniões, conferências, fóruns e acordos em nível internacional e nacional demonstra a importância da educação dentro do desenvolvimento de qualquer nação, bem como as ações/programas para o primeiro emprego e qualificação dos jovens. Isto porque um dos grandes problemas em escala mundial, em países desenvolvidos ou em desenvolvimento, é o significativo crescimento no contingente de jovens simultaneamente fora da escola e do mercado de trabalho, conhecidos como a geração nem-nem (nem estuda e nem trabalha). Diante disso, o objetivo deste estudo foi saber quantos são e quem são os jovens nem-nem na Região Metropolitana do Recife e, com isso, traçar o perfil desse jovem e estimar a probabilidade de estar em tal condição.

Apesar do período favorável, notadamente entre 2004-2014, caracterizado pelo crescimento econômico, aumento dos investimentos em educação e criação de distintos programas para qualificação e inserção jovem no primeiro emprego no país e em Pernambuco, os dados do estudo revelam números

expressivos de jovens de 15 a 29 anos na condição de nem-nem. Nesse contexto, na RMR, o perfil predominante é do sexo feminino, da raça/cor parda, com ensino médio completo ou superior incompleto, majoritariamente solteiro, reside com os pais, em domicílio urbano e com baixo rendimento familiar, ratificando a literatura com outros recortes espaciais de análise.

Ademais, foi utilizado o modelo probit para verificar a influência de algumas dessas características sobre a probabilidade do jovem ser nem-nem na RMR. As estimativas revelam como variável de maior impacto o rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo, seguido da influência positiva em ser do sexo feminino, e reafirma a importância da escolaridade na redução de tal probabilidade.

Assim, a melhora na qualidade do ensino e o aumento nos investimentos em educação, desde o primário até o ensino superior, acompanhados por políticas específicas/focadas na empregabilidade dos jovens, são algumas das soluções para que diminua o desemprego juvenil, o abandono escolar e, notadamente, o número daqueles que estão na situação de nem-nem na RMR, especialmente em domicílios com menor rendimento.

Por fim, convém reafirmar a relevância da temática abordada, que envolve o âmbito social, por se tratar das perspectivas futuras dos jovens, bem como o econômico, devido à importância desse segmento para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, torna-se importante saber mais a respeito e, principalmente, agir por meio dos investimentos, continuidade e aperfeiçoamento dos programas voltados para a educação e a empregabilidade dos jovens e, com isso, diminuir as diferenças regionais, sociais e entre os sexos.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. A. M.; RODRIGUES, A. M. G.; GALVAO, T. L.; QUEIROZ, S. N. de. Negros no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador: as desigualdades persistem. In: **Anais XVII Semana de Economia, 2017, Crato-Ceará. NORDESTE BRASILEIRO: Fatores sociais, econômicos e políticas públicas para a promoção do desenvolvimento regional diante da crise, 2017.** v. 3.
- BRITO, F. Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população: um breve ensaio além dos números. In: **Taller CELADE migración interna, 2007, Brasília. Taller CELADE Migración Interna, 2007.** Disponível em: <https://www.cepal.org/sites/default/files/courses/files/fbrito.pdf>. Acesso em: 05 de outubro de 2017.
- CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda - Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 35, n.4, p. 767-795, 2005.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: Ana Amélia Camarano. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, v. 1, p. 259-290.
- CARDOSO, A. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH (UFBA. Impresso)**, v. 26, p. 293-314, 2013.
- COSTA, J. S. M.; ULYSSEA, G. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: Carlos Henrique Corseuil e Rosana Ulhôa Botelho. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros.** 1ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, v. 1, p. 115-140.
- CNI - SESI. Confederação Nacional da Indústria - Serviço Social da Indústria. Destino: Educação: Diferentes países. Diferentes respostas. Fundação Roberto Marinho: Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/destino_educacao_livro_metodologia.pdf. Acesso em: 29 de abril de 2017.
- FIGUEIREDO, A. M. R.; ALMEIDA, J. B. S. A. População Nem-Nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, p. 106-129, 2017.
- FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Relatórios estaduais: Indicadores. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/siope/consultaIndicadoresEstaduais.do>. Acesso em: 06 de junho de 2021.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). Os intocáveis (V): a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação. **FPA Comunica 11.** São Paulo, 2013.
- GALVÃO, T. L.; QUEIROZ, S. N. de. Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014. **Carta Social e do Trabalho**, v. 36, p. 46-61, 2017.
- GARCIA, M. F.; ARAUJO, E. C.; ARAUJO, E. L.; FAUSTINO, I. A. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). Brasília (DF): **Revista ANPEC**, v. 13, p. 481-506, set/dez 2012.

- HARTWIG, M. Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas/RS.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em: 23 de maio 2018.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores Financeiros Educacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-financeiros-educacionais>. Acesso em: 03 de junho de 2021.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Informe nº. 23. Perfil da raça da população cearense. Fortaleza - CE, março, 2012. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/informe/lpece_Informe_23_fevereiro_2012.pdf. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.
- LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. In: **XXXII EnANPAD**. Rio de Janeiro/RJ - 6 a 10 de setembro de 2008.
- LEMOS, M. B.; FERREIRA, F. Vantagens Comparativas das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza no Contexto Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza CE, v. 32, p. 223-247, 2001.
- LOPES, C. S.; MACEDO, L. A. M.; FERREIRA, M. L. A. Mobilidade social e sua relação com o acesso à educação no Brasil. In: **IV Congresso em Desenvolvimento Social: Mobilidades e Desenvolvimentos**. Montes Claros/MG, 2014.
- MEC. **Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015** (versão preliminar). Jun. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192. Acesso em: 05 de junho de 2021.
- MONTEIRO, J. C. M. Quem são os Jovens Nem-Nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. In: Regis Bonelli; Armando Castelar (Org.). **Ensaio IBRE de economia brasileira I**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 231-248.
- MONTE, P. A.; PENIDO, M. R. J. Determinantes da duração esperada do emprego urbano e rural no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 46, p. 989-1013, 2008.
- NASCIMENTO, C. E. P.; SILVA, W. R.; QUEIROZ, S. N. de. Trabalhadores formais com nível superior: análise para as regiões nordeste e sudeste (2006-2016). **Política & Trabalho** (UFPB. impresso), v. 53, p. 198-217, 2020.
- PERNAMBUCO. Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação (SEMPE-TQ). Programas de Qualificação. Disponível em: http://www.sempetq.pe.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=89&Itemid=164. Acesso em: 26 de outubro de 2017.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ). Programas e Projetos. Disponível em: <http://www.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh#nogo>. Acesso em: 05 de junho de 2021.
- PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O Ensino Superior no Mundo e no Brasil** - Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília - DF, 2003.
- QUEIROZ, S. N. Migrações, **Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas - SP, 2013.
- REMY, M. A. P. A.; VAZ, D. V. Fora da escola e do mercado de trabalho: o jovem “nem-nem” no Estado do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, Jul./Dez. de 2017.
- RISSARDI, M. Currículo histórico-crítico e indivíduos autônomos. Ensino de Sociologia em Debate. Revista Eletrônica: **LENPES-PIBIB de Ciências Sociais** - UEL. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.
- SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M.. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), v. 29, p. 153-168, 2015.
- SANTOS, M. S. R. **Política pública de educação integral no ensino médio em Pernambuco: análise da gestão escolar e do desempenho no IDEPE**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração do Curso de Mestrado Profissional em Administração. Universidade Federal da Bahia - UFBA: Salvador, 2015.
- SANTOS, P. Z. B.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, v. 19, p. 163/1-185, 2007.
- SILVA, P. S.; RODRIGUES, F. D. M.; ANDRADE NETO, A. V.; QUEIROZ, S. N. de. Mulheres

Bancárias no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Revista da ABET** (Online), v. 17, p. 135-153, 2018.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação Para Todos 2000-2015: progressos e desafios. **Relatório de Monitoramento Global de EPT (Relatório conciso)**. Paris, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/23>

2565por.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2017.

WILL, A. R.; BORGERT, A.; FLACH, L.; FARIAS, S.; SOARES, S. V. Os Gastos com Educação nos Estados Brasileiros: uma Análise da Qualidade das Despesas Públicas. In: V Encontro da Divisão de Administração Pública/APB da ANPAD - EnAPG, Salvador, 2012. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EnAPG143.pdf. Acesso em: 02 de outubro de 2017. ■

Antonia Jaine da Silva Pereira é mestra em Demografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). jainerodrigues22@yahoo.com

Silvana Nunes de Queiroz é doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas. É professora adjunta no Departamento de Economia e permanente no Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana (PPGERU) na Universidade Regional do Cariri (URCA). É professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Demografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDem/UFRN). silvanaqueirozce@yahoo.com.br